

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Atlântica Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Resultado do Exercício
 A Atlântica Capitalização S.A. apresentou, no exercício, Lucro Líquido de R\$ 2,065 milhões (R\$ 4,054 milhões em 2010).

Política de Distribuição de Dividendos
 Os acionistas da Atlântica Capitalização, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido (Nota nº 10a).

Eventos societários
 Informações sobre eventos societários constam nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis (Nota nº 10b).

Riscos: operacional, crédito, mercado, legal e subscrição
 O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados nos mercados Nacional e Internacional e em atendimento à legislação vigente, estruturou uma área independente de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos que atende às melhores práticas de Governança Corporativa.

Estão inseridas, nesse contexto, as disseminações da cultura de gestão de riscos operacionais em vários níveis, a divulgação de Políticas Corporativas, Normas Internas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição aos riscos.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros reúne-se trimestralmente com a atribuição de aprovar estratégias, definir diretrizes, normas e procedimentos, bem como homologar os assuntos relevantes relacionados à Gestão de Riscos, visando ao processo de mitigação dos eventos de perdas, de acordo com a especificidade de cada risco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o capital mínimo requerido para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e um capital adicional para cobertura dos riscos de subscrição, de crédito, de mercado, legal e operacional. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente a todos os riscos previstos na legislação, o capital mínimo requerido deverá ser o maior valor entre a soma do capital base com o capital adicional e a margem de solvência, calculada por meio de resolução específica.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo
 A Atlântica Capitalização possui o compromisso permanente de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, contribuindo assim com as autoridades governamentais de controle. Outrossim, atua constantemente para assegurar a conformidade às normas e regulamentações, editadas pelos órgãos competentes, relativas ao tema e no relacionamento diferenciado com os clientes enquadrados na condição de Pessoas Politicamente Expostas.

Diante desse compromisso, durante o exercício, buscou o aprimoramento e a melhoria das ferramentas, dos controles e dos sistemas utilizados, que dão suporte ao processo de comunicação das operações/ocorrências (automáticas e suspeitas) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF. Do mesmo modo, desenvolveu, publicou e revisou normativos internos, materiais de apoio e programas de treinamento, visando à constante conscientização do quadro de colaboradores.

Prevenção à Fraude
 A Atlântica Capitalização, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se

vigilante em desestimular, prevenir, combater e identificar ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como minimizar riscos operacionais e legais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes/crimes de qualquer natureza.

Dentro desse contexto, adota procedimentos de controles internos, tais como:
 i) a disponibilização de canais de denúncia aos colaboradores e à sociedade, incentivando aqueles que tenham informações sobre operações ou ocorrências com indícios de cometimento desse ato ilícito à fornecê-las à Companhia, garantindo que a denúncia seja mantida sob sigilo; e
 ii) acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que possam apresentar irregularidades.

Do mesmo modo, desenvolveu, publicou e revisou os materiais atinentes ao assunto, estimulando o constante e tempestivo treinamento dos colaboradores da Companhia sobre a matéria.

Governança Corporativa
 Em consonância e adoção às melhores práticas de Governança Corporativa, dentre outras ações, o Grupo Bradesco Seguros possui Comitês formalmente instituídos, que suportam as operações e conferem transparência na busca constante dos mais elevados padrões de integridade e comportamento ético.

Diante desse cenário, foi publicado e disponibilizado a todos os públicos de interesse do Grupo, o Código de Conduta Ética Setorial resultado do compromisso constante em promover e definir com clareza as responsabilidades e a postura que devem pautar a atuação dos profissionais que integram as empresas do Grupo.

Controles Internos e Compliance
 Durante o exercício, com base na política corporativa definida e visando atender as determinações legais sobre o tema, a Atlântica Capitalização prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados, e os testes de aderência, para aferir a efetividade dos controles existentes, regularmente aplicados, em conformidade com os principais frameworks de controles.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa às áreas afetadas e acompanha o atendimento tempestivo das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam em conformidade.

Segurança da Informação
 A informação é um dos elementos do negócio mais importante para o Grupo Bradesco Seguros. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nesta linha, são realizados trabalhos de revisões periódicas nos Sistemas de Informação, assim como são analisadas normas e regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação. Diante desse compromisso, o Grupo tem realizado a disseminação da cultura, por meio de divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da administração de palestras, de cursos e dos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos
 Pelos êxitos obtidos, agradecemos o apoio recebido do Órgão regulador.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais)

ATIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		59.411.815	58.111.770
Disponível		821.403	40.348
Caixa e bancos		821.403	40.348
Aplicações	4	57.856.201	57.798.193
Títulos e créditos a receber		734.211	273.229
Títulos e créditos a receber		362.632	90.526
Créditos tributários e previdenciários	5	371.579	182.703
ATIVO NÃO CIRCULANTE		12.553.072	6.633.625
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.553.072	6.633.625
Títulos e créditos a receber		12.553.072	6.633.625
Créditos tributários e previdenciários	5	10.519.909	4.968.212
Depósitos judiciais e fiscais	9	2.033.163	1.665.413
TOTAL DO ATIVO		71.964.887	64.745.395

PASSIVO	Nota	2011	2010
CIRCULANTE		1.337.806	1.612.793
Contas a pagar		1.320.550	1.592.667
Obrigações a pagar	6	709.821	1.163.867
Impostos e encargos sociais a recolher		791	33
Impostos e contribuições	7	609.938	428.767
Provisões técnicas - capitalização		17.256	20.126
Provisão para resgates	8	17.256	20.126
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.379.493	1.962.793
Contas a Pagar		346.330	297.380
Tributos diferidos		346.330	297.380
Outros débitos		2.033.163	1.665.413
Provisões judiciais	9	2.033.163	1.665.413
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	68.247.588	61.169.809
Capital social		75.000.000	61.300.000
Reservas de lucros		7.944.331	6.370.123
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(14.696.743)	(6.500.314)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.964.887	64.745.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2011	2010
Outras despesas operacionais		(222)	(1.301)
Despesas administrativas	13a	(318.390)	(329.704)
Despesas com tributos	13b	(278.149)	(417.690)
Resultado financeiro	13c	3.714.176	7.060.176
Receitas financeiras		3.910.016	7.522.181
Despesas financeiras		(195.840)	(462.005)
Resultado operacional		3.117.415	6.311.481
Resultado antes dos impostos		3.117.415	6.311.481
Imposto de renda	14	(650.536)	(1.395.613)
Contribuição social	14	(402.344)	(861.445)
Lucro líquido do exercício		2.064.535	4.054.423
Quantidade de ações		67.637.937	54.409.942
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		30,52	74,52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais)

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	2.064.535	4.054.423
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(13.660.715)	(10.360.025)
Efeitos dos impostos	5.464.286	4.144.010
Total do resultado abrangente do exercício	(6.131.894)	(2.161.592)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais)

	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Pagamentos de despesas e obrigações	(211.830)	(273.653)
Outros pagamentos operacionais	(189.294)	(334.528)
Recebimentos de juros	1.244.494	1.405.750
Recebimentos de dividendos	463.641	615.455
Constituição de depósitos judiciais	(245.376)	-
Caixa gerado pelas operações	1.061.635	1.413.024
Impostos e contribuições pagos		
Impostos de renda pagos	(404.320)	(1.920.621)
Contribuição social pagos	(292.433)	(1.351.537)
Pis/Cofins	(148.662)	(321.480)
Outros	(45.190)	(113.671)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(64.077.993)	(237.619.626)
Vendas e resgates	51.950.944	240.847.261
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	(11.956.019)	933.350
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	13.700.000	-
Distribuição de dividendos	(962.926)	(919.066)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	12.737.074	(919.066)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	781.055	14.284
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	40.348	26.064
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	821.403	40.348
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	781.055	14.284
Ativos livres no início do exercício	57.748.094	65.968.751
Ativos livres no final do exercício	57.800.290	57.748.094
Aumento/(Redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	52.196	(8.220.657)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2010	61.300.000	-	521.428	2.757.198	(284.299)	-	64.294.327
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(6.216.015)	-	(6.216.015)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.054.423	4.054.423
Distribuição de dividendos (R\$ 17,70 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(962.926)	(962.926)
Destinação do lucro líquido	-	-	202.721	2.888.776	-	(3.091.497)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	61.300.000	-	724.149	5.645.974	(6.500.314)	-	61.169.809
Aumentos de capital:							
AGE de 18/08/2011	-	13.700.000	-	-	-	-	13.700.000
Portaria SUSEP nº 4.278 10/11/2011	13.700.000	(13.700.000)	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(8.196.429)	-	(8.196.429)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.064.535	2.064.535
Distribuição de dividendos (R\$ 7,25 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(490.327)	(490.327)
Destinação do lucro líquido	-	-	103.227	1.470.981	-	(1.574.208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	75.000.000	-	827.376	7.116.955	(14.696.743)	-	68.247.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Em reais)

1. Contexto operacional
 A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de capitalização em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Paulista nº 1.415.
 A Companhia é controlada diretamente pela Bradesco Capitalização S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.
 As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.
 Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco, controlador final, em 30 de janeiro de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis
 As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação
 As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.
 Em consonância com a Circular SUSEP nº 426/11, foi mantida para as sociedades de capitalização a forma de contabilização e apresentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 379/2008.

b. Base para avaliação e moeda funcional
 A moeda funcional da Companhia é o Real.
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para:
 • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
 • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos
 A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas e julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações contábeis e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão descritas nas notas explicativas apresentadas abaixo:
 • Nota 5 - Créditos tributários e previdenciários
 • Nota 8 - Provisões técnicas
 • Nota 9 - Provisões judiciais

d. Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)
 São representados por disponibilidades em moeda nacional, caixa e depósitos bancários, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações
 A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação e as ações são contabilizadas na data da transação.

i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
 Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento
 Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iii. Ativos financeiros disponíveis para venda
 Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv. Determinação do valor justo
 Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA).

v. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
 Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.
 As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
 Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

f. Provisões técnicas
 Os produtos de capitalização têm suas provisões técnicas constituídas no momento do recebimento dos recursos, assim como as receitas são reconhecidas ao resultado quando do efetivo recebimento das mensalidades dos planos de capitalização.
 As provisões de resgates são calculadas sobre os valores nominais dos títulos e atualizadas monetariamente.
 A provisão para resgates de títulos vencidos, incluída na provisão para resgates, é constituída pelos valores de títulos já vencidos, porém não resgatados, sendo atualizada monetariamente com base nos indexadores previstos em cada plano.

g. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes - são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

i. Resultado

As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.

3. Gerenciamento de riscos

A Companhia faz parte do Grupo Bradesco Seguros e consequentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Bradesco Seguros possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estejam de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Companhia.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2011	%	2010	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	4.887.242	8,45	1.609.626	2,78
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	4.887.242	8,45	1.609.626	2,78
Títulos disponíveis para venda	52.968.959	91,55	56.188.567	97,22
Títulos de renda variável - ações	52.968.959	91,55	56.188.567	97,22
Total em 31 de dezembro 2011	57.856.201	100,00	57.798.193	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimentos abertos foram considerados com base no percentual de participação da Companhia nos fundos.

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	4.887.242	4.887.242	4.887.242	-
Notas do tesouro nacional	4.887.242	4.887.242	4.887.242	-
Títulos disponíveis para venda	52.968.959	52.968.959	77.463.531	(24.494.572)
Ações	52.968.959	52.968.959	77.463.531	(24.494.572)
Total em 31 de dezembro 2011	57.856.201	57.856.201	82.350.773	(24.494.572)

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Valor do investimento	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	1.468.402	141.224	1.609.626	-	-
Letras financeiras do tesouro	-	141.224	141.224	-	-
Letras do tesouro nacional	5.310	-	5.310	-	-
Notas do tesouro nacional	1.463.092	-	1.463.092	-	-
Títulos disponíveis para venda	56.188.567	-	56.188.567	67.022.423	(10.833.856)
Ações	56.188.567	-	56.188.567	67.022.423	(10.833.856)
Total em 31 de dezembro 2010	57.656.969	141.224	57.798.193	67.022.423	(10.833.856)

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2011	2010
Total das provisões técnicas	17.256	20.126
Títulos de renda fixa	55.911	50.099

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2011		2010	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Valor justo por meio do resultado	4.887.242	4.887.242	1.609.626	1.609.626
Letras financeiras do tesouro	-	-	141.224	141.224
Letras do tesouro nacional	-	-	5.310	5.310
Notas do tesouro nacional	4.887.242	4.887.242	1.463.092	1.463.092
Disponíveis para venda	52.968.959	52.968.959	56.188.567	56.188.567
Ações	52.968.959	52.968.959	56.188.567	56.188.567
Total	57.856.201	57.856.201	57.798.193	57.798.193

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2011	2010
Saldo inicial	57.798.193	66.014.379
(+) Aplicações	64.077.993	237.619.626
(-) Resgates	(50.758.618)	(241.040.572)
(+) Rendimentos	399.349	565.746
(+/-) Ajuste a valor justo	(13.660.716)	(5.360.986)
Saldo final	57.856.201	57.798.193

f. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, que totalizavam R\$ 115.810 em posição comprada, como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (hedging), sempre visa administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista.

g. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2011, o desempenho global dos ativos financeiros em títulos públicos, que compõem a carteira de aplicações financeiras atingiu 101,37% no acumulado do período.

5. Créditos tributários e previdenciários

	2011			2010		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Diferenças temporárias (i)	-	10.519.909	10.519.909	-	4.968.212	4.968.212
Impostos a compensar	370.870	-	370.870	181.994	-	181.994
Outros créditos	709	-	709	709	-	709
Total	371.579	10.519.909	10.891.488	182.703	4.968.212	5.150.915

(i) Movimentação de tributos diferidos

	Saldo em 2010	Adições	Baixas	Saldo em 2011
Provisões judiciais	334.553	41.567	(19.369)	356.751
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	4.333.544	5.464.286	-	9.797.830
Outros	300.115	65.213	-	365.328
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	4.968.212	5.571.066	(19.369)	10.519.909

6. Obrigações a pagar

	2011	2010
Partes relacionadas (Nota 12)	490.327	989.586
Provisão de publicação de balanço	212.649	142.545
Outras obrigações a pagar	6.845	31.736
Total	709.821	1.163.867

7. Impostos e contribuições

	2011	2010
Imposto de renda	365.132	314.200
Contribuição social	220.599	96.265
COFINS	20.823	15.744
PIS	3.384	2.558
Total	609.938	428.767

8. Provisões técnicas

	2011	2010
a. Composição		
Provisão para resgates	17.256	20.126
Provisão para resgates de títulos vencidos	17.256	20.126
Total	17.256	20.126

b. Movimentação das provisões técnicas

	2011	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2010	20.126	-
(-) Resgates	(3.085)	-
(+) Atualização monetária e juros	215	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	17.256	-

9. Provisões judiciais

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados por ser considerado obrigação legal. A principal questão é: CSLL - Dedutibilidade da CSLL na base de cálculo do IR - R\$ 2.033.163 (R\$ 1.665.413 em 2010) que se encontra totalmente provisionado e depositado judicialmente. Pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo do IR, determinada pelo artigo 1º da Lei

nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Companhia.

Movimentação

	Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.665.413
Constituições	245.376
Atualização monetária	122.374
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.033.163

10. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 67.637.937 (54.409.942 em 2010) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	2.064.535	4.054.423
Constituição da reserva legal	(103.227)	(202.721)
Base de cálculo dos dividendos	1.961.308	3.851.702
Dividendos propostos no exercício	490.327	962.926
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	25,00%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2011, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 13.700.000, em espécie, com a emissão de 13.227.995 novas ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal. Este ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.278, de 10 de novembro de 2011.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

11. Patrimônio líquido ajustado

Nos termos das Resoluções CNSP nº 222/10, 227/10 e 228/10 o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das companhias de capitalização é composto por um capital base e um capital adicional baseado no risco de crédito. Até que o CNSP regule o capital adicional pertinente aos demais riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida pela diferença entre PLA e CMR na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01, como demonstrado abaixo para a data-base de 31 de dezembro de 2011:

Patrimônio líquido contábil	68.247.588
Capital mínimo requerido (b)	12.182.501
Capital base	10.800.000
Capital adicional de risco de crédito	1.382.501
Suficiência (a) - (b)	56.065.087

12. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo/(Passivo)		Receita/(Despesa)	
	2011	2010	2011	2010
Disponível				
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	10.294	20.125	-	-
Contas a pagar				
Bradesco Seguros S.A. (controladora indireta)	-	(2.377)	-	-
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros (empresa ligada)	-	(24.283)	-	-
Dividendos a pagar				
Bradesco SegPrev Investimentos Ltda. (empresa ligada)	(74.831)	(182.685)	-	-
Bradesco Capitalização S.A. (controladora direta)	(415.496)	(780.241)	-	-
Outras despesas (i)				
Banco Bradesco S.A. (controlador final)	-	-	(14.333)	(13.476)
Total	(480.033)	(969.461)	(14.333)	(13.476)

(i) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social, sendo que os administradores abdicaram do direito de recebimento da remuneração, posto que receberam honorários de outra empresa da organização.

13. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas administrativas

	2011	2010
Despesas com serviços de terceiros	(77.518)	(67.338)
Despesas com localização e funcionamento	(2.518)	(1.031)
Despesas com publicações	(209.281)	(214.332)
Despesas com donativos e contribuições	(28.520)	(46.938)
Outras	(553)	(65)
Total	(318.390)	(329.704)

b. Despesas com tributos

	2011	2010
Despesas com COFINS	(132.960)	(273.059)
Despesas com PIS	(21.606)	(44.372)
Despesas com taxa de fiscalização	(97.131)	(99.266)
Impostos municipais	(26.452)	(993)
Total	(278.149)	(417.690)

c. Resultado financeiro

	2011	2010
(i) Receitas financeiras		
Resultado na venda de títulos de renda variável	3.372.097	6.869.653
Receitas com fundos de investimentos	399.349	565.746
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	122.374	80.239
Outras	16.196	6.543
Total	3.910.016	7.522.181

(ii) Despesas financeiras

Despesas com títulos de renda variável	-	(225.000)
Atualização monetária de contingências passivas	(122.374)	(80.239)
Despesas com agentes de custódia e câmara de liquidação de ativos	(51.004)	(25.999)
Tributação sobre operações financeiras	(18.737)	(112.680)
Despesas financeiras com títulos de capitalização	(215)	(46)
Outras	(3.510)	(18.041)
Total	(195.840)	(462.005)
Resultado financeiro	3.714.176	7.060.176

d. Resultado financeiro por categoria

	2011	2010
Resultado de instrumentos financeiros		
Ativos disponíveis para venda	3.372.097	6.869.653